

HISTORIOGRAFIAS AFROBRASILEIRA E MISCIGENAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: NOVAS POSSIBILIDADES.

Ana Paula Moreira Magalhães¹²

Kátia Luzia Soares Oliveira¹³

Resumo

A discussão que ora se apresenta pretende refletir sobre a escrita da História da África e a historiografia brasileira, buscando constar que ambas estiveram por muito tempo influenciadas pelo paradigma cientificista. A miscigenação brasileira era posta como uma questão moral e patológica a qual deveria ser resolvida para o bem da nação. A escrita da história da África esteve falseada em favor de uma concepção eurocêntrica do mundo e desfigurada pelos mitos racistas espalhados pelo ensino científico da história, padronizando valores, e outorgando assim, os europeus ao mais alto nível da evolução. Refletir tais questões é importante para reconsiderarmos nossa prática historiográfica e pedagógica a favor da valorização da diversidade étnico-racial quanto para a análise crítica do lugar ocupado pelas diferenças.

Palavras-chave: Historiografias. Miscigenação. Cientificismo.

INTRODUÇÃO

É fato que fazemos parte de uma nação marcada pela multidiversidade cultural¹⁴. Nosso passado, registrado em nosso cotidiano por meio das nossas crenças, nossa língua e nossa cultura trás a marca da miscigenação advinda de povos de etnias tão distintas: africanos, indígenas e europeus. Contudo, o fato de termos em nossa origem cultural\identitária povos com saberes coletivos tão distintos, atraiu olhares carregados de preconceitos, tomando assim a mestiçagem como fator negativo para nossa sociedade. Assumir este traço híbrido, por muito tempo, foi motivo de transtornos e em muitos casos, omissão em algumas obras clássicas da historiografia brasileira do século XIX e início do século XX.

Afinal, o que é ser miscigenado? O que é pertencer a uma nação miscigenada? As respostas a tais questionamentos foram em longo prazo influenciadas pelo paradigma cientificista. De acordo com o texto de Ronaldo Vainfas, “*Colonização,*

¹² Mestre em História Regional e Local, Professora – Professora da rede particular de ensino. E-mail: anpaulahist@gmail.com

¹³ Mestre em História Regional e Local, Professora – Instituto Federal da Bahia, Campus Barreiras. E-mail: katialuziasoares@gmail.com

¹⁴ Artigo apresentado ao Curso de Extensão: Estudos Africanos e Afro-brasileiros como requisito para obtenção da nota final.

miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira”, até o liminar dos anos 30 do século XX, a historiografia brasileira tratou a miscigenação não como um problema de investigação, mas como problema moral e patológico, que cabia resolver para o bem da nação (VAINFAS, 1999.p.7).

Perpassando por algumas obras as quais ainda são consideradas referências para o pensamento social brasileiro, o autor citado acima, procurou analisar como os clássicos autores se portaram em relação a temática da miscigenação e constatou que,

[...] estes historiadores trataram o tema com cariz “raciológico” ou mesmo racista. E quando rascunhavam a mescla cultural de que a miscigenação étnica é parte inseparável, mal disfarçavam o desalento em constatar que o Brasil era diferente da Europa, isso quando não afirmavam terem sido os índios e sobretudo os negros elementos corruptores de um projeto de civilização compatível com os anseios nacionais” (VAINFAS, 1999.p.7).

O alemão Karl von Martius, vencedor do concurso promovido pelo IHGB em 1840, cujo tema era como se deve escrever a história do Brasil; esboçou pela primeira vez a questão da mescla cultural, sem, contudo, problematizá-la. Constatava que a história do Brasil deveria ser contada a partir do estudo do cruzamento das três raças formadoras de nossa nacionalidade. O hibridismo racial foi analisado por ele do mesmo modo como se pensava o cruzamento entre plantas e animais. Apesar da pouca profundidade ou silêncio absoluto em relação as contribuições do negro e do índio, não há como negar que sua tese foi inovadora para época, visto que neste cenário, estudar a história do Brasil era sinônimo de conhecer a colonização portuguesa com suas instituições, ou seja, uma história branca, elitista e imperial.

Clássicos como “*Capítulos de história colonial*” de Capistrano de Abreu e “*Retratos do Brasil*” de Paulo Prado, pouco avançaram em relação a temática miscigenação, colocada como um fenômeno desagregador e não como agente de coesão gerando assim os males da formação brasileira, taxados por Prado como, luxúria, cobiça e tristeza. (VAINFAS, 1999). Tais concepções colocavam a miscigenação em uma única esfera, a racial, dessa forma, uma nação mestiça passou a personificar algo degenerativo advindo do cruzamento de espécies diferentes.

“*Raízes do Brasil*” de Sérgio Buarque de Holanda também pouco se avançou em relação a miscigenação, ressaltando o caráter de insatisfação do português. Outra obra considerada como grande síntese da nossa historiografia, “*Formação do Brasil*

Contemporâneo”, de Caio Prado Júnior, verificou-se a denúncia do racismo da sociedade colonial, contudo, a raciologia permanecia incutida no discurso, visto que, considerou índios e escravizados de contribuição nula na formação da sociedade brasileira.

A intelectualidade brasileira até por volta dos anos 30 esteve afinada com as teorias raciais do século XIX, como por exemplo, o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo que buscavam no método científico a respostas das coisas, seja na esfera natural ou social. Nas primeiras décadas do [século XX](#), essa tentativa de aplicar os métodos das ciências naturais aos outros campos de estudo passou a ser chamada de cientificismo. Neste cenário, a mestiçagem racial ficou alocada a um conceito científico e biológico que de acordo com Schawarcz, este tipo de postulado buscava enaltecer a existência de tipos puros e compreender a mestiçagem não somente como degeneração racial, mas também social (SCHWARCZ, 1993).

De acordo com a mesma autora, o termo “raça” urge neste cenário como uma reação a visão unitária que o Iluminismo tinha da humanidade a qual considerava os diversos grupos como povos, nações e jamais como raças diferentes em sua origem e conformação. Também, Kabengele Munanga, afirma que alguns biólogos e antirracistas justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e exclusão.

Contudo, ainda prevalece um silêncio no que diz respeito a problematização da palavra “raça”, pois há uma aparente dependência das ideias biológicas atribuídas ao termo. O equívoco do século XIX permanece incutido na mentalidade de muitos e que por isto, ainda é um tabu discutir ou mesmo problematizar raça, conforme salientou Vainfas.

Como mesmo se disse acima, o pensamento intelectual brasileiro esteve ancorado nas teorias raciais europeias, dessa forma, tais intelectuais foram taxados por muitos de “racistas por ofício”, visto que as doutrinas raciais serviram para explicar tudo, ou melhor, quase tudo.

A mudança de perspectiva veio à tona com a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* quando o autor procurou agregar um significado positivo a miscigenação. Além de assumir esta condição, houve a colocação de um novo conceito

o qual não havia sido mencionado em momentos anteriores pela historiografia brasileira: mescla cultural. Neste sentido, abria-se o caminho para se pensar na originalidade da cultura brasileira. É importante constatar que Freyre não abriu mão da ideia de raça associada à mentalidade cientificista, contudo, ele colocou em cena a miscigenação sexuada, racial e cultural. Por este viés, figurou-se em algumas passagens de seu livro algumas expressões, como por exemplo, que todo brasileiro trazia na alma e no corpo a sombra do indígena e do negro.

Em relação aos portugueses, o autor supracitado foi enfático ao afirmar que os portugueses foram excelentes colonizadores e tiveram um fácil processo de adaptabilidade visto que se sentiam sexualmente atraídos por índios e africanos. Conforme Vainfas, o método de Freyre era intuitivo do qual deduziu da escravidão doméstica da casa grande o padrão adocicado do escravismo colonial (VAINFAS, 1999).

O ideário da convivência harmoniosa entre indivíduos das mais diferentes origens étnicas, culturais e raciais foi abalado por volta dos anos 70, quando o movimento negro buscou desconstruir o mito da democracia racial, por meio das denúncias de agressões. As discussões expostas neste cenário acabaram por evidenciar a existência de racismo no Brasil e os efeitos que este causava nas populações negras.

Apesar das lacunas e críticas recebidas, a obra de Gilberto Freyre rompeu com uma visão monolítica, era a primeira vez que o conceito de cultura aparecia no que reporta as discussões sobre miscigenação, mesmo subordinado a ideia de raça. Por volta da década de 80 nossa historiografia deu luz à temática mestiçagem cultural, ganhando espaço discussões que até então estavam longe de serem colocadas, como por exemplo, a importância de se conhecer a África para o estudo da formação sociocultural brasileira.

A ESCRITA DA HISTÓRIA DA ÁFRICA ENTRE CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES: DO ETNOCENTRISMO A EPISTEMOLOGIA DAS DIFERENÇAS

A historiografia africana também por muito tempo se aprisionou pelo discurso marcado por uma visão que alocou os africanos no último degrau da evolução humana.

(OLIVA, 2004). Os estudos sobre a história da África são antigos, contudo a primazia era a fronteira ao norte do deserto do Saara, sobretudo por parte dos historiadores clássicos e islâmicos, isto porque o contato com a África subsaariana era praticamente escasso (FAGE, 2010).

As formas de se referir a África variaram muito durante a antiguidade. Tratada como Etíope, Sudão e Guiné, todas elas não deixavam de fazer menção aos seus moradores de aspectos físicos considerados estranhos. O viajante e escritor Heródoto, por exemplo, dizia ser os etíopes negros por causa do calor, exaltando assim seus aspectos físicos tão diferentes dos gregos (OLIVA, 2004). Dos contatos que os europeus tiveram com a costa africana, por volta do século XV, por exemplo, possibilitaram fontes essenciais para os historiadores modernos, contudo ainda se exaltava mais aspectos descritivos daquela situação contemporânea, do que propriamente a produção de um conhecimento histórico (FAGE, 2010). Denotava-se ainda a ênfase na estética. Os diários, as memórias e as crônicas de viagem, registravam o estranhamento em relação a cor da pele. O viajante Zurara, por exemplo, relatou que os habitantes da Guiné eram “tão negros [...] desafeiçoados na cara quanto nos corpos” (OLIVA, 2004).

Quando no XIX a concepção de história como ciência ganhou vigor, esta passou a exigir métodos específicos, tais como fontes escritas e oficiais. Estas eram vistas como portadoras de uma verdade absoluta dos fatos, as únicas dignas de contribuir para a construção do conhecimento histórico. Por meio desta concepção, o estudo sobre a história da África foi se tornando cada vez menos atraente aos historiadores que demonstravam uma incredulidade nas fontes que ajudavam no entendimento da história dos povos africanos, como por exemplo, a linguagem e cultura oral e a arqueologia, consideradas como sem importância.

Quase que paralelo a este cenário da cientificidade nos métodos de se fazer história, circulava pela Europa a crença na superioridade de sua cultura, a única portadora de uma história digna de ser estudada. Hegel em sua filosofia da história expunha ser a África um continente a-histórico por apresentar nenhum desenvolvimento. Em sua definição Hegel preconizou a África como um continente ausente de transformação e por isso, um continente carente da Europa e sua civilização. Sob essa condição, o homem branco tinha um fardo de contribuir para um desenvolvimento que o continente supostamente desconhecia a história. Assim, no

período colonial, marcado pela presença do europeu no continente, focavam-se nas notícias acerca dos homens brancos em seu “fardo” na África (OLIVA, 2004).

Destarte, no século XIX, articulou-se todos os preconceitos anteriores, fortalecidos pelas concepções de darwinismo social e do determinismo racial alocando os africanos no primeiro degrau da evolução da raça humana (OLIVA, 2004).

Pelo que foi colocado até o momento, pode-se dizer que a escrita da história deste continente que deu vida ao homem encontra-se em construção/reconstrução. Atualmente as historiografias brasileira e africana têm buscado superar o cenário pessimista que por muito tempo dominou a escrita e a mentalidade dos intelectuais e dos povos. Busca-se mostrar a importância destes povos e de suas histórias por outros caminhos. A valorização e a descoberta da África para estudo da escravidão e da formação da cultura brasileira é um dos métodos recentes da historiografia sobre o assunto.

O cientista social guineense Carlos Lopes expôs uma classificação a qual nos permite visualizar as interpretações e abordagens da historiografia africana a partir do século XIX. Segundo o mesmo tais interpretações são herdeiras de impressões distorcidas dos africanos. A primeira denominada de Corrente da Inferioridade Africana negou-se a historicidade africana. Esta fase esteve acoplada com as teorias raciais que surgiram na época e que muito influenciaram a intelectualidade brasileira como já foi dito anteriormente. A segunda fase ficou conhecida como Corrente da Superioridade Africana, envolta no contexto das independências africanas tratou logo de argumentar que havia qualidades nos povos africanos e que estas não diferiam de outros povos.

O esforço dessa vertente revelou, contudo, erros cometidos anteriormente, pois, na reação ao paradigma da Inferioridade Africana, a perspectiva da Superioridade Africana lançou mão de categorias europeias buscando promover uma supervalorização do continente em detrimento de outros continentes, o que acabava por promover uma espécie de “pirâmide invertida” em que o foco é deslocado do eurocentrismo para o afrocentrismo. Apesar da importância da chamada Corrente da Superioridade que deve ser entendida dentro do seu contexto, podemos assim avaliar essa iniciativa:

[...] os dados pareciam jogados. Doravante, tratava-se de escrever a História dos povos de África, longe do binômio colonizador/colonizado, afastando-se o mais possível da historiografia colonial, excepto quando esta fornecia argumentos favoráveis à superioridade Africana. É a História das interações e dos oprimidos, mas também de uma idílica e harmoniosa sociedade pré-

colonial. Longe de lutas de classe ou de poder, longe de hipóteses suscetíveis de pôr em causa a precariedade das evidências e metodologias (LOPES, 1995, p.26).

Embora a crítica a abordagem eurocêntrica seja uma questão que permeia a grande maioria dos trabalhos dos pesquisadores dessa corrente, a fala de Lopes, assim como de outros como Achile Mbembe, volta-se para o questionamento de alguns pressupostos da geração da historiografia da África, tida como reprodutora de abordagens do tipo etnocêntrica.

Na crítica de Lopes está sinalizado o reconhecimento da importância da Corrente da Superioridade, mas também a necessidade de que os estudiosos da África, se colocando para além dessa inversão de polos, se concentrem na busca da complexidade das historicidades africanas. Para tal, têm-se os novos estudos africanos, que se caracterizam, entre outras, pela ideia de que é preciso pensar a África a partir dos próprios africanos e considerando as revisões da própria produção *africanista*.

Atualmente fala-se de uma nova escola de estudos africanos, responsável pela profissionalização e expansão de temas diversos, como exemplo, religião, gênero, escravidão, entre outros. Há o destaque também para a sofisticação de métodos e teorias, as tradições orais, a transdisciplinariedade, o uso da paleontologia, da arqueologia, da matemática e muitos outros. Diante destas novas perspectivas, o olhar para o continente passou a ser direcionado para a atuação do africano como constituinte e reprodutor da história da humanidade.

Por este viés, a produção historiográfica brasileira tem se debruçado, na tentativa de observar a relação entre Brasil e África sobre nova perspectiva, visto que, a bem pouco tempo atrás quase não se tinha interesse pelos estudos históricos do continente africano.; Nossa historiografia permaneceu por muito tempo focada na nossa formação por nós mesmos e nas teorias raciais, e por isto, não salientou em analisar a herança africana em nossa formação.

Essa é uma proposta metodológica que se coaduna com a defesa do africanólogo Alberto da Costa e Silva que, entre as muitas discussões acadêmicas que tem desenvolvido, ressalta a importância de estudar a África por ela mesma, por seu valor próprio, mas também pelos fortes vínculos estabelecidos com o Brasil em decorrência do tráfico de escravos (SILVA, 1984). Nas discussões de Alberto da Costa e Silva, a

História da África, tomada a partir da ligação entre África, o Brasil e o Atlântico, ajuda a explicar-nos e sobretudo, traz a possibilidade de ampliar o sentimento de pertencimento, de auto-reconhecimento.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Ainda prevalecem modelos generalizantes, simplistas e ocidentais ao se tratar do registro da História da África. Sobressaem-se, discussões focadas em um discurso da vitimização destes povos, de sua cultura, de sua organização social e cultural e a construção de uma identidade histórica demarcada entre os brancos e os negros. Tais discursos desenharam um ciclo vicioso no que diz respeito às referências negativas deste continente. Apesar da persistência desses discursos, já podemos vislumbrar e apreciar no conhecimento histórico abordagens em que se destaca na escrita da história o protagonismo das populações africanas e afro-brasileiras, percebendo esses sujeitos em seus diferentes papéis sociais e empreendendo diferentes lutas sociais e negociações tanto no contexto da escravização quanto no contexto imediato do pós-abolição. Trata-se de significativos deslocamentos capaz de revelar as mudanças, as permanências, as resistências, empreendidas pelas populações afro-brasileiras, e que, de certa forma, recolocam para a historiografia a importância da miscigenação étnico-racial como elemento fundante da formação histórica brasileira.

Uma historiografia que, reconhecendo uma ausência - em relação à problemática da miscigenação racial - empreende um esforço pela presença. Uma historiografia “politicamente correta” para alguns - se quisermos usar a expressão do próprio Ronaldo Vainfas no artigo já mencionado- ou uma historiografia deliberadamente comprometida e engajada politicamente. Mas, dessa vez, comprometida com a valorização dos “outros” (que no caso da história da formação brasileira sempre foram os negros e os índios). Trata-se de uma historiografia preocupada, não apenas em empreender novas configurações interpretativas, mas, também, em problematizar as desigualdades sociais que acompanharam e marcaram esses “outros”.

Esse é um importante deslocamento posto que, aponta para a necessidade de repensarmos tanto os caminhos da escrita da história, em que se ressalta a virada metodológica em que historiadores e historiadoras passam a recorrer a outros elementos

empíricos, inclusive a literatura e cultura oral, quanto os caminhos da história ensinada reconsiderando nossa prática historiográfica e pedagógica a partir de uma nova mentalidade, agora voltada tanto para a valorização da diversidade étnico-racial quanto para a análise crítica do lugar ocupado pelas diferenças.

REFERÊNCIAS

J. D. Fage: A evolução da historiografia da África. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010

OLIVA, Anderson Ribeiro. A África em perspectiva. Caminhos e descaminhos da historiografia africana e africanista. **Revista Múltipla** – Ano IX - vol. 10 – nº 16, Junho de 2004.

SCHWARCZ, Lilia. Teorias raciais do século XIX. In: SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Editora USP, 1992

SILVA, Alberto da Costa e. **O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX**. Estudos Avançados. vol.8 nº 21 São Paulo Mai/Ag. 1994. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S010340141994000200003>. Acesso em 24 de fevereiro de 2016.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. **Revista Tempo** 8, agosto de 1999, pp. 1-12.